

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

## CAPÍTULO I

### DO OBJETIVO

Art. 1º. – Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA.

Parágrafo Único – A expressão Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, se equivalem para efeitos de referência e comunicação.

## CAPÍTULO II

### DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 2º. – O COMDEMA, instituído pela Lei Nº 1087/91, de 11 de junho de 1991, como órgão colegiado, deliberativo e de assessoramento, para fins de preservação, proteção, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, terá suporte técnico, administrativo e financeiro, prioritariamente, prestado pela Prefeitura Municipal, e, por convênios firmados entre esta, com órgãos estaduais e federais de meio ambiente, inclusive no que concerne à instalações, equipamentos e os recursos humanos necessários.

Parágrafo Único – O suporte técnico, será, suplementarmente, requerido, aos órgãos federais e estaduais de Meio Ambiente, demais órgãos e entidades afetos aos programas de preservação, proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Art. 3º. – Compete ao COMDEMA: acompanhar o cumprimento das diretrizes da Política Ambiental do Município, na forma estabelecida no art. 2º. da Lei n.1087/91, e neste Regimento.

Art. 4º. – O COMDEMA se compõe:

I – Secretaria de Infra-estrutura, Meio Ambiente e Controle Urbano – SIMAC;

II – Superintendência Do Meio Ambiente – SEMACE;

III – Gerência da APA da Serra da Aratanha;

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

IV – EMATERCE;

V – UNECOM;

VI – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA;

VII – Ministério Público;

VIII – Micrel Benfio Ltda;

IX – Instituto Verde é Vida;

X – Câmara do Vereadores;

XI – Secretaria de Educação;

XII – Fundação Terra.

Art. 5º. – Cada membro do COMDEMA terá um suplente, que o substituirá em  
Caso de impedimento.

Art. 6º. – O mandato dos membros do COMDEMA, será de dois anos, permitida uma  
única recondução, por igual período.

## CAPÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º. – O COMDEMA tem a seguinte estrutura básica:

I – Presidência;

II – Vice Presidência;

III – Secretaria Executiva; e

IV – Plenário.

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

Art. 8º. – O COMDEMA será presidido por um de seus membros eleito, na primeira reunião ordinária do órgão, por maioria dos votos de seus integrantes, para um período de dois anos, permitindo-se uma única recondução por igual período.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído, nos seus impedimentos, pelo Vice Presidente e, nos deste, pelo membro mais idoso.

## DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9º. – Ao Presidente compete:

I – Dirigir os trabalhos do COMDEMA, convocar e presidir as sessões do Plenário;

II – Propor a criação de Comissões Técnicas e designar seus integrantes;

III – Dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste Regimento;

IV – Encaminhar votação de matéria submetida à decisão do Plenário;

V – Assinar as atas aprovadas nas reuniões;

VI – Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao Prefeito Municipal, sugerindo os componentes atos administrativos cabíveis;

VII – Designar relatores para temas examinados pelo COMDEMA;

VIII – Estabelecer, através de resolução, normas ou procedimentos para o funcionamento do COMDEMA;

IX – Dirigir ou suspender as sessões, facultar a palavra aos demais membros, diligenciando, no sentido do perfeito funcionamento do COMDEMA;

X – Convidar pessoas ou entidades, sem direito a voto, a participarem das reuniões do Plenário;

XI – Delegar atribuições de sua competência.

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

Art. 10º. – Ao Vice Presidente compete:

I – Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 11º. – O Plenário é o órgão superior de deliberação do COMDEMA, constituído na forma do Art. 4º. deste Regimento.

I – Propor, aprovar e homologar as alterações deste regimento;

II – Elaborar e propor leis, normas e procedimentos destinados à preservação, proteção, recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal que regulam a matéria;

III – Fornecer subsídios técnicos, para todos e quaisquer esclarecimentos, porventura necessários, relativos à defesa do meio ambiente, aos órgãos públicos, a indústria, ao comércio, a agropecuária e a comunidade geral;

IV – Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas, com finalidade de promover pesquisas e planejar atividades ligadas à proteção e defesa do meio ambiente;

V – Opinar, no que couber, em matéria de meio ambiente, sobre a realização de estudos, no Âmbito público e privado, requisitando das entidades envolvidas todas as informações pertinentes, ao exame da matéria, com a finalidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

VI – Manter o acompanhamento e controle, permanente, das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, de modo a conciliá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando quaisquer alterações que possam provocar impacto ou desequilíbrio ecológico;

VII – Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos estaduais e municipais, a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação, propondo a adoção de medidas cabíveis destinadas à sua proteção e preservação;

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

VIII – Promover e orientar, com a participação da comunidade e das entidades públicas e privadas afins, programas educacionais e culturais, objetivando a preservação da fauna, flora, das águas superficiais e subterrâneas, do ar, do solo, do subsolo e dos recursos não renováveis, existentes no âmbito do município;

IX – Atuar no sentido de estimular a formação da consciência ambiental, através de seminários, palestras, debates e programas de educação ambiental, junto à comunidade e a entidades públicas e privada, utilizando os meios de comunicação disponíveis;

X – Subsidiar, no que couber, em matéria de meio ambiente, a atuação do Ministério Público, prevista na Lei Federal de N° 8.625/93 e na lei complementar de n.75/1993.

XI – Opinar sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, adequando a urbanização às exigências de proteção do meio ambiente e à preservação dos recursos naturais;

XII – Sugerir à autoridade competente, a instituição de unidades de preservação, conservação e proteção das comunidades tradicionais, dos sítios de beleza relevante, dos mananciais, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico, bem como, de áreas representativas de ecossistemas, destinadas a realização de pesquisas básicas aplicadas à escola;

XIII – Receber denúncias da população, diligenciar, apurar e encaminhá-las aos competentes órgãos municipais e estaduais, para adoção das providências cabíveis;

XIV – Emitir parecer, conclusivo, sobre os pedidos de alvará de localização e licença de empresas e demais entidades, cujas atividades manuseiem ou utilizem recursos ambientais, no âmbito da jurisdição municipal;

XV – Propor À Câmara Municipal e/ou ao Prefeito, a concessão de títulos honoríficos ou instituições que tenham contribuído, com destaque, para a preservação, melhoria, conservação e defesa do meio ambiente no município.

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

Art. 13º. – Compete aos membros do COMDEMA:

- I – Comparecer às reuniões;
- II – Analisar e debater a matéria em discussão;
- III – Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV – Apresentar relatórios e pareceres, dentro do prazo fixado;
- V – Votar;
- VI – Propor temas para análise e deliberação do Plenário.

Art. 14º. – A Secretaria Executiva é o órgão da Presidência e do Plenário, e será exercida pela Secretaria Executiva da Câmara dos Conselhos.

Art. 15º. – As funções da Secretaria Executiva são:

- I – Desempenhar as atividades de gabinete;
- II – De apoio administrativo.

Art. 16º. – Compete À Secretaria Executiva:

- I – Fornecer suporte administrativo ao COMDEMA, nas atividades por ele deliberadas;
- II - Elaborar atas das reuniões;
- III – Organizar serviços de protocolo, distribuição e arquivo das documentações do COMDEMA;
- IV – Executar outras tarefas, correlatas, determinadas pelo Presidente ou previstas neste regimento interno.

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

## CAPÍTULO UV

### DAS REUNIÕES

Art. 17º. – O COMDEMA, reunir-se-á e extraordinariamente.

Parágrafo 1º. – Haverá uma reunião ordinária mensal, em data, local e horário fixados com antecedência de, pelo menos, cinco dias pelo Presidente.

Parágrafo 2º. – O Plenário do COMDEMA, reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente, da maioria de seus membros ou, por solicitação de qualquer câmara especializada.

Parágrafo 3º. – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de dois dias.

Art. 18º. – Somente haverá reunião do plenário, com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros com direito a voto.

Art. 19º. – Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas, convidadas pelo Presidente.

Art. 20º. – As reuniões do Plenário serão públicas.

Art. 21º. – As reuniões terão sua pauta preparada pelo Presidente, Vice Presidente Secretária Executiva, na qual constará, necessariamente:

I – Abertura da sessão, leitura da ata da reunião anterior, ressalvando-se no que couber alterações;

II – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;

III – Deliberações;

IV – Palavra facultada;

V – Encerramento;

Art. 22º. – A apreciação da matéria obedecerá as seguintes etapas:

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

I – Será discutida e votada pela presidência e demais membros;

II – O Presidente cederá a palavra ao relator, que apresentará seu parecer, por escrito ou oralmente;

III – Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão;

IV – Encerrada a discussão e estando o assunto, suficientemente, esclarecido far-se-á a votação.

Art. 23º. – As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, ou ao seu substituto, além do voto pessoal, o de qualidade.

Art. 24º. – As atas serão lavradas, em livro próprio, e assinadas pelos membros participantes da reunião que as originaram.

Art. 25º. – As decisões do Plenário, depois de assinadas pelo Presidente e pelos demais membros, serão anexadas ao expediente respectivo.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 27º. – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COMDEMA.

### OBSERVAÇÕES:

Leis consideradas: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

LEIS COMPLEMENTARES:

LEI N. 8.265/1993

LEI DE CÓDIGOS E POSTURAS DO MUNICÍPIO DE  
MARANGUAPE

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N. 1087/91



# **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA**

Minuta do decreto (modelo II)